

ANARQUISMO E COMUNISMO SOB O OLHAR DO DEOPS

Maria Aparecida Macedo Pascal*

Em fins do século XIX, a entrada de imigrantes europeus no Brasil era vista como uma solução para a questão do trabalho, já que, com a extinção do tráfico escravo em 1850, a Abolição da escravatura tornava-se uma questão inevitável. A idéia da elite paulista era criar uma cidade branca com um modelo civilizatório europeu. O imaginário desta classe social e suas ações favoreciam a política imigratória tendo em vista a expansão da economia cafeeira. Na Europa as condições econômicas e políticas, marcadas por guerras, unificações e crises financeiras, contribuía para o processo de emigração. A propaganda do governo brasileiro no exterior atraía para o Brasil os imigrantes, que consideravam o nosso país uma terra de oportunidades.¹ No início do século XX 90% da força de trabalho em São Paulo era formada por estrangeiros. Portadores de um projeto de transformação da sociedade, os estrangeiros libertários que aqui chegavam encontravam forte resistência das elites, que, com apoio do Estado, da polícia e de leis, pretendiam impor uma disciplina baseada nos valores burgueses e em mecanismos de controle e vigilância dentro e fora das fábricas.

Evidentemente, nem tudo se passa como se imagina para se realizar estas utopias reformadoras, as classes dominantes enfrentam resistências tenazes de trabalhadores que preservam suas tradições, sistemas de valores e costumes [...]. E além disso, que progressivamente aderem às bandeiras de luta levantadas pelos anarquistas e anarco-sindicalistas.²

O Anarquismo e o Brasil

A expressão “Anarquismo” vem do grego “Anarchos” e significa “sem governante”. Os adeptos desta teoria consideram que todas as formas de governo são desnecessárias à preservação da ordem.³ O pai do anarquismo foi o inglês Willian Godwin (1756-1836), cujos seguidores, entre eles Kropotkin, Tolstoi e Max Stiner, jamais tiveram, em suas teorias, o objetivo de estabelecer o caos. No entanto, os estereótipos desenvolvidos sobre os anarquistas

* Universidade de Mogi das Cruzes, Campus Villa Lobos. Professora Doutora- USP- História Social

¹ PASCAL, Maria Aparecida Macedo. *Portugueses em São Paulo: A face feminina da Imigração*. São Paulo: Expressão e Arte, 2005. p.23-24.

² RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da cidade Disciplinar: Brasil - 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.13.

³ WOODCOOK, George. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*. Porto Alegre: L & PM Editores, 2002. p.8.

se encarregaram de atribuir a eles este propósito. Durante a Revolução Francesa elementos de vários partidos usavam a expressão “anarquia” para insultar e difamar seus oponentes. Em 1793, o girondino Brissot a utilizava contra os jacobinos e o Diretório a empregava contra os adeptos de Robespierre. Nos dois contextos anarquia significava condenação e crítica. A associação do anarquismo ao niilismo e à violência não é verdadeira. Tolstói, Kropotkin e Godwin eram pacifistas, e mesmo Bakunin, que aceitava tal associação, tinha momentos de dúvida vendo os resultados da violência. O anarquismo que se consolidou no Brasil encontrou inspiração nas idéias de Bakunin, cuja influência, sobretudo após o rompimento com Marx, foi muito forte na península ibérica e na Itália. De lá vieram Errico Malatesta e Oreste Ristori, que, exilados na Argentina, tomaram o destino de São Paulo, aqui fundando o jornal “La Battaglia”, em 1904. O anarquismo entendia que a propaganda por meio de jornais, revistas, teatro e escolas libertárias era a forma de exercer a ação direta, ou seja, de viabilizar a construção de outra sociedade pela própria população, que, então, tomaria consciência da realidade social. Ristori era considerado o grande difusor das idéias libertárias no Brasil. Realizou inúmeras palestras, falando à porta de fábricas, em fazendas e salões operários. Comparava a situação brasileira à européia e percebia que os contextos das cidades do Brasil e da Europa eram quase iguais, sobretudo no que se referia aos salários e à jornada de trabalho. Contudo, nas fazendas brasileiras a realidade era terrivelmente pior do que no campo do continente europeu.

Portugueses e a Imigração

Até 1900 apenas 10% dos imigrantes que ingressavam no estado de São Paulo eram portugueses. Após o Decreto Prinetti (1902), todavia, o crescimento da imigração lusa foi extraordinário, sobretudo entre 1910 e 1914. A imigração nesta fase era familiar, o que, por conseguinte, fazia aumentar entre os imigrados a presença feminina, que na segunda década do século representaria 40% das entradas dessa corrente migratória. As baixas dos preços do café, a instabilidade e os conflitos com os fazendeiros levaram os portugueses a se fixarem nos núcleos urbanos, dando preferência às cidades de São Paulo e Santos. Alguns vieram diretamente para as cidades, provavelmente avisados por compatriotas acerca das péssimas condições de vida no campo, e dirigiram-se para o comércio ou atividades artesanais que exigiam qualificações, além de trabalhos assalariados na indústria e em obras públicas.

Os serviços públicos também demandavam muita mão-de-obra: dentre os trabalhadores braçais deste sector em 1912 na capital havia 871 nacionais e 1408 estrangeiros, dos quais 865 eram portugueses. Muitos lusitanos se engajaram no setor de transportes da Companhia Light and Power, empresa encarregada do fornecimento de energia elétrica para a cidade de São Paulo que também monopolizava o serviço de bondes nos quais os portugueses eram a maioria dos cobradores e condutores.⁴

Os portugueses eram os trabalhadores preferidos nas obras do porto de Santos e na construção das ferrovias. Em outros setores tal predileção também se repetia, sendo oferecida primazia aos lusitanos para funções como acendedores de lampião, bombeiros, vigilantes e guardas. Na indústria têxtil, segundo o Departamento Estadual do Trabalho, 84,4% dos trabalhadores eram estrangeiros. Destes, 12,5% eram portugueses, prevalecendo a mão-de-obra feminina, que, se acrescentada a tecelagem de juta ao cálculo, chegava a 22% do total. A presença feminina era forte também nas indústrias de cigarros, chocolates, camisas, malharia e tamancos. A política imigrantista mantinha um alto contingente de trabalhadores mediante os fluxos imigratórios contínuos. Essa estratégia, entretanto, conservava os níveis salariais baixos e provocava o aumento de desempregados, sem contar que algumas indústrias tinham caráter sazonal, o que aumentava a instabilidade dos trabalhadores, gerando conflitos e tensões. Constantes solicitações de assistência jurídica e reclamações consulares tornaram claros os motivos do enfrentamento. Multas por atraso na chegada ao trabalho, erros de contas, retenções de pagamentos, acidentes de trabalho e rescisões de contratos eram questões que demandavam organização coletiva e capacidade de resistência, ambas evidentes no comportamento dos imigrantes portugueses diante dessa realidade. Os conflitos étnicos em São Paulo eram freqüentes, constituindo-se num dos problemas vividos pelo movimento operário que atingia a própria coesão da classe.

Cita-se a ocorrência de tensões entre italianos e portugueses. Os lusos eram considerados furadores de greve e desprovidos de consciência social, generalizações que necessitam ser ponderadas.⁵

Sabe-se, contudo, que nas “listas negras” do patronato da época os trabalhadores portugueses, tanto quanto os espanhóis e os italianos, figuravam com destaque, sendo considerados indesejáveis. Notícias de jornais e processos criminais registravam que

⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura. História, Cidade e Trabalho*. Bauru, SP: Edusc, 2002. p.221.

⁵ *Ibidem*. p.222-223.

imigrantes portugueses eram demitidos por sabotagens, boicotes e, sobretudo, pela militância no movimento operário.

As participações lusas nas greves ocorreram por reivindicações várias, desde a redução da jornada de trabalho para oito horas sem o rebaixamento do nível salarial e a abolição de multas, que por vezes reduziam muito o ganho dos trabalhadores, até a melhoria dos salários.⁶

Percebe-se que em São Paulo, embora não constituindo a maior colônia de imigrantes, os portugueses participavam ativamente das lutas sociais do período. Outro aspecto que provocava enfrentamentos era a relação que se estabelecia entre contramestres e operárias nas fábricas.

[...] Registra-se que nos jornais e nas falas dos líderes operários, as mulheres eram representadas da mesma forma que os homens, como vítimas do capitalismo; porém frágeis e menos combativas que eles. Além disso eram vistas como presa fácil dos conquistadores baratos que povoavam as fábricas.⁷

Essa passividade da mulher, todavia, pode ser contestada pelas inúmeras greves organizadas nas tecelagens, que possuíam mão-de-obra majoritariamente feminina, sendo parte dela formada por imigrantes portuguesas. Santos também concentrou um grande número de imigrantes lusos, que trabalhavam na construção do porto, nos armazéns de café, nas docas e em atividades variadas: carroceiros, pedreiros, estivadores, ensacadores, entre outras. A região converteu-se num grande centro de agitação operária e recebeu o codinome “Barcelona do Brasil”. Os sindicatos e associações santistas eram dominados pela liderança de imigrantes portugueses. A identidade étnica, neste caso, serviu como fator de coesão, sendo que em outros episódios os conflitos de etnia retardaram a solidariedade da classe – fatos que revelam novos aspectos sobre a participação dos portugueses em São Paulo nas lutas sociais e no movimento operário. Muitas vezes o imigrante português foi convertido em “bode expiatório”. Era acusado de aumentar os preços dos alugueis, já que muitos eram proprietários, além de controlar o comércio de retalhos, provocando a carestia e concorrendo no mercado de trabalho com os nacionais. Tais fatos seriam causadores do antilusitanismo. O jornal “O Jacobino” acusava os portugueses em todo o país de monopolizarem algumas atividades e os descrevia como especuladores e ladrões de pesos e medidas, associando a imagem negativa do Império à sua origem portuguesa. A República representava o progresso,

⁶ Ibidem. p.223.

⁷ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da cidade Disciplinar: Brasil - 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.54. Apud: RODRIGUES, Marli. *O Brasil na década de 1910. A fábrica e a rua: dois palcos de luta*. São Paulo: Ática, 1997.

e ambos – República e progresso – eram tidos como interesses nacionais em oposição à herança lusa e à monarquia. O discurso jacobino e antilusitano atingia a todos os segmentos sociais imigrantes: pobres, remediados, ricos e até mesmo associações. De certa forma, o antilusitanismo desviava a atenção da crise econômica e das revoltas, transformando o imigrante português no “bode expiatório” e identificando-o ao velho Brasil, em oposição à civilização, ao progresso e à modernidade. Portanto, utilizando estereótipos e representações sociais, o espírito antilusitano atribuía ao português a culpa pelo atraso e pelas dificuldades econômicas vividas pelos nacionais.⁸

Entre os portugueses a presença de adolescentes com idade de 12 a 18 anos era significativa no começo da República. Vindos de regiões agrícolas empobrecidas do norte de Portugal, esses jovens chegavam ao Brasil depois de chamados por algum parente ou amigo. Em seguida empregavam-se no comércio e eram convertidos praticamente em “escravos brancos”, fazendo refeições e dormindo nos armazéns. Não contavam com a proteção de leis e estavam totalmente submetidos ao controle dos patrões. Quando jogados na rua, desempregados e sem família, muitos caíam na marginalidade. Em função da baixa qualificação, alguns desses jovens imigrantes eram submetidos a duras condições de vida e acabavam transformando-se em ladrões, mendigos e doentes. Embora fossem retratados como alheios às lutas sociais, a maioria deportada participava ativamente das lutas operárias.

*Perfil social de Militante Anarquista Português, expulso do Brasil em 1921. Português de Vila Beira Alta, A. V. Coutinho era casado, alfabetizado e padeiro por profissão. Membro do Conselho Geral do Trabalho, operário da Federação dos Trabalhadores, tinha 24 anos quando foi expulso, após várias detenções por sua participação no movimento grevista.*⁹

No final do século XIX, a presença anarquista no mundo do trabalho urbano brasileiro era decorrente mais da superexploração dos trabalhadores do que da presença de imigrantes estrangeiros. Tal fato se evidenciava pela participação expressiva dos padeiros e operários da construção civil no movimento anarquista. Nesse sentido, os padeiros, que trabalhavam no período noturno sem regulamentação, o desemprego e a recessão na área da construção civil explicavam o grande número de militantes. Segundo alguns estudos, a liderança operária atribuída aos estrangeiros causou o fortalecimento do movimento e, posteriormente, foi a razão de seu declínio. A liderança do movimento sindical de 1890 a 1920 foi examinada em

⁸ PASCAL, Maria Aparecida Macedo. Op. cit. p.131.

⁹ Processo A. V. Coutinho. Arquivo Nacional Módulo 101. p.168. In: MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis desclassificados da modernidade. Protesto, Crime e Expulsão na Capital Federal*. Rio de Janeiro: Eduer, 1996. p.111-112.

“Imigração Portuguesa no Brasil”, obra que identificou 119 líderes destacados nas diretorias de sindicatos, federações e outras organizações, revelando que 24 eram italianos, 23 portugueses e 22 espanhóis. Os portugueses representavam 27% da liderança operária.¹⁰ O mesmo estudo infere que os conflitos étnicos prejudicavam a organização operária, citando o caso da greve dos pedreiros italianos em São Paulo, em 1914, não apoiada por portugueses e espanhóis, e o caso dos chapeleiros italianos, que excluíram da organização brasileiros, portugueses e alemães por divergências étnicas. Cabe ainda lembrar a paralisação dos gráficos em São Paulo de 1890 e a de 1913, em virtude de conflitos internos. A repressão ao movimento operário cresceu a partir de 1907, com a lei Adolfo Gordo, que autorizava a expulsão de indivíduos que perturbassem a ordem pública e cometessem atos criminosos, com exceção daqueles que fossem casados com brasileiras e das viúvas com filhos nascidos no Brasil. Estes fatos foram minando as lideranças e as bases operárias, prejudicando sua organização.

Os militantes estrangeiros carregavam o estigma de agitadores indesejáveis, malditos por autoridades imbuídas de valores racistas e xenófobos. A repressão aos estrangeiros foi reforçada por medidas legais com a Lei Adolfo Gordo, em 1907, e os decretos nº 1641 e 16761 de 1924, reforçados por meio de decretos nacionalistas, promulgados pelo governo Vargas em 1938.¹¹

A presença significativa dos portugueses no movimento operário e as retaliações sofridas por esses imigrantes tornam evidente sua participação nas lutas sociais de São Paulo. Quando se verifica que entre 1890 e 1913 foram registradas quinze greves entre os carroceiros, categoria cujo contingente de portugueses era elevado, confirma-se a tese de que a luta por melhorias salariais e a presença nos movimentos sociais em São Paulo eram bastante expressivas entre os portugueses.¹²

A lei isentava os estrangeiros com cinco ou mais anos de residência, mas os termos não eram categóricos. Sheldon Maram levantou 556 deportados entre 1907 e 1921 [...]. Números relativamente altos são alcançados em 1912 e 1913 sendo o primeiro desses anos de intensificação de movimento operário e, em 1919, 1920, 1921; 181 portugueses foram deportados, 121 italianos e 103 espanhóis.¹³

¹⁰ MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Apud: LOBO, Eulália Lehmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001. p.49.

¹¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas: O DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Apud: PARRA, Lucia Silva. *Combates pela Liberdade. O movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS (1924-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2003. p.25.

¹² PASCAL, Maria Aparecida Macedo. Op. cit. p.135.

¹³ LOBO, Eulália Lehmeyer. Op. cit. p.50.

Em 1903, auge do período grevista, sapateiros e tecelões lideravam o movimento, segmentos estes formados majoritariamente por portugueses. Entre 1917 e 1920 os sindicatos ganharam maior representatividade. Segundo alguns autores, a disputa entre anarquistas e comunistas contribuiu para o enfraquecimento do movimento operário. Todavia, Edgar Rodrigues, anarquista nascido em Portugal e naturalizado no Brasil, contestou esta posição, afirmando que o movimento anarquista cresceu muito após a fundação do PCB, ocorrida em 1922. Contudo, foi a repressão do governo de Artur Bernardes que reduziu consideravelmente a participação dos anarquistas no movimento operário. Havia campos de tortura, como o de Clevelândia, localizado no Oiapoque, onde morreram muitos libertários.¹⁴ O conflito entre anarquistas e comunistas na disputa pelo controle das organizações sindicais era uma realidade.

Sobre esta questão Sheldon Leslie Maram afirma que quanto à teoria e prática anarquista no Brasil, a corrente mais difundida era o anarco-sindicalismo [...]. Para Maram o anarco-sindicalismo representava uma ruptura na teoria anarquista, pois a princípio os anarquistas seriam contra qualquer hierarquia e organização rígida. Para eles o pão era mais importante que a teoria revolucionária.¹⁵

Segundo informa um relatório sobre o movimento operário em São Paulo, os anarco-sindicalistas constituíam a maioria dos sindicatos.¹⁶ No entanto, para o anarco-sindicalismo o sindicato desapareceria na sociedade futura que pretendiam construir.¹⁷ Embora os sindicatos pertencessem a todos os trabalhadores, das mais diferentes correntes, havia entre os sindicalistas anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas e outros que analisavam o sindicato como uma possibilidade de conseguir melhorias na vida e no trabalho do operário.

Greves em São Paulo

Nas lutas dos trabalhadores em São Paulo, anarquistas e anarco-sindicalistas tiveram um importante papel nas manifestações grevistas, sobretudo mediante os jornais vinculados ao pensamento libertário. Em 1907 explodiram greves em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e

¹⁴ TOLEDO, Edilene. “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, D. A. *As Esquerdas no Brasil. A Formação das Tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.83.

¹⁵ MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.77-78.

¹⁶ Relatório Antonio Ghiotti. 10/06/1931. Prontuário 716. In: PARRA, Lúcia Silva. Op. cit. p.49

¹⁷ TOLEDO, Edilene. Op. cit. p.64.

Recife. Os operários queriam diminuir a longa jornada de trabalho, defendendo, em suas reivindicações, que fosse reduzida para oito horas. Embora os sindicatos e federações fossem compostos por trabalhadores socialistas, sindicalistas e anarquistas, a polícia classificava os líderes dos movimentos grevistas somente de anarquistas.¹⁸ Os primeiros a entrar em greve foram os operários construtores de veículos em São Paulo, e a greve foi vitoriosa. Em seguida entraram na luta os pedreiros, pintores, trabalhadores da limpeza pública, tipógrafos, chapeleiros, metalúrgicos, tecelões. Para muitas categorias a greve foi simultânea. Os construtores de veículos, os trabalhadores de madeira, as costureiras de passamanarias, os chapeleiros, os carteiros, os marmoristas, os encanadores e os pintores conseguiram alcançar a jornada de trabalho de oito horas. Outras categorias conseguiram apenas diminuir a duração do trabalho diário, mas ainda continuavam a trabalhar mais de oito horas por dia. A Federação Operária reunia as várias categorias que discutiam a questão das oito horas de trabalho, os baixos salários e o enfrentamento dos patrões. A repressão policial foi extremamente violenta com esta associação, que teve sua sede invadida, seus livros confiscados e seu secretário, Giulio Sorelli, preso. Na época percebiam-se três tendências entre os anarquistas: a que era contrária a qualquer tipo de sindicato, liderada por Oresti Ristori; a que apoiava a existência do sindicato como possibilidade de propaganda das idéias libertárias, liderada por Malatesta, tendência esta representada pelo jornal “Terra Livre”; e, finalmente, a que fazia críticas à idéia da greve no anarquismo e tentava obter realizações concretas, chamada de “sindicalismo revolucionário”. A polícia considerava os estrangeiros como perturbadores da ordem pública e semeadores da discórdia entre os trabalhadores nacionais.¹⁹ Nas greves de 1917 e 1919 a participação dos sindicalistas e a organização dos trabalhadores foram crescentes. Havia grandes manifestações em São Paulo e no Rio de Janeiro contra o trabalho infantil e a carestia. Vários jornais libertários apoiavam a greve, entre os quais “A Plebe”, periódico comandado por Edgard Leunroth, e “Guerra Sociale”, de Gigi Damiani. Em julho de 1917 a greve paralisou São Paulo por vários dias. Entre as principais reivindicações dos operários estavam: a jornada de trabalho de oito horas; a semana de 5 dias e meio trabalhados; a extinção do trabalho infantil; a redução dos aluguéis; e a liberdade para os trabalhadores presos. A repressão mais uma vez foi brutal. Tanto os empresários como o Estado no Brasil apoiavam a repressão, não manifestando apoio às reformas. Vários anarquistas estrangeiros foram deportados e outros tantos (cerca de duzentos trabalhadores) morreram nas prisões.

¹⁸ Ibidem. p.77.

¹⁹ Ibidem. p.79.

As greves do período 1917-1919 ocorreram, na verdade, em virtude da organização dos próprios trabalhadores, mas contavam com a participação de líderes sindicalistas, anarquistas, socialistas e também de grupos democratas descontentes com a situação do país.²⁰

Em 1919 uma nova onda de greves ocorreu em São Paulo, evidenciando as dificuldades vividas pelo movimento operário em virtude da Primeira Guerra, do papel desempenhado pelos anarquistas, socialistas e sindicalistas revolucionários e da Revolução Russa de 1917, que atingiu o poder por intermédio do Partido Comunista. Em 1921, a Lei de Repressão e Controle da Imprensa restringia sobretudo a imprensa anarquista e operária. Em 1924, no governo de Artur Bernardes, foi criado o Campo de Concentração da Clevelândia, no Oiapoque, onde muitos anarquistas morreram.²¹ Verifica-se, assim, que os partidários do anarquismo tiveram um papel de destaque no movimento operário dos anos 10, 20 e até dos anos 30. A repressão ao movimento anarquista reduziu o número de libertários nos anos 30, fase em que o PCB se destacou na organização do movimento operário. Terminava a fase da organização dos trabalhadores brasileiros.

Idéias Libertárias na Educação

A memória da pedagogia libertária no Brasil foi sempre deficiente de registros e documentos, o que serviu, convenientemente, para proteger os militantes num período de intensa repressão. A pedagogia oficial, muitas vezes, em função da oposição às ideias anarquistas, deixou no esquecimento esta importante contribuição. Os libertários opunham-se tanto às formas de produção capitalista como ao comunismo autoritário, contestando a existência do próprio Estado e propondo a autogestão. Neste contexto, a pedagogia libertária tinha enorme importância, já que contribuía para a consciência e emancipação da classe trabalhadora. A construção de uma nova sociedade apoiava-se, em grande parte, nas ideias de uma nova educação, feita em outras bases e valores, tais como o respeito à liberdade, à individualidade e, sobretudo, à criança. A pedagogia anarquista acusava a escola de reproduzir os interesses da Igreja e do Estado, enquanto promovia uma renovação dos métodos e valores.

Educar é tornar o homem mais capaz possível de aproveitar, do melhor modo, as energias física, mental, moral, prática e social. Educação física é o cultivo da

²⁰ Ibidem. p.79.

²¹ Ibidem. p.83.

*robustez não da força, da saúde, da agilidade. Educação mental é a formação da inteligência, seu desenvolvimento racional e harmônico, erudição, cultura e arte.*²²

Nas salas de aula das escolas anarquistas o respeito à liberdade estava configurado para ambos os sexos e para todas as classes sociais, o que, no entanto, representava uma contestação à educação do período, baseada em estereótipos, dogmas e castigos.²³ Para Bakunin o autoritarismo só deveria ocorrer na primeira infância, uma vez que nesta fase a inteligência ainda não está plenamente desenvolvida. Nesse sentido, à medida que a educação avança a liberdade deve prevalecer.

*Toda educação racional nada mais é, no fundo, que a imolação progressiva da autoridade em proveito da liberdade, sendo o objetivo final da educação formar homens livres e cheios de respeito pela liberdade alheia (...) às crianças não pertencem a ninguém. Elas pertencem a si próprias e a sua futura liberdade.*²⁴

Durante a Comuna de Paris as propostas libertárias no campo da educação ganharam enorme expressão.

*Herdadas das idéias de Proudhon e Blanqui, entre outros, representavam um momento importante na luta pela laicização do ensino, processo iniciado um século antes pela Revolução Francesa e que interessava ao proletariado ampliar.*²⁵

Bakunin criticava veementemente a divisão do trabalho em intelectual e mecânico, acreditando que tal separação gerava grandes desigualdades. Ainda hoje se considera que enquanto este tipo de educação gerava grandes desigualdades. Ainda hoje se considera que enquanto este tipo de educação permanecer, consolidando as assimetrias, a igualdade social ficará cada vez mais distante. Bakunin, além disso, defendia o trabalho e a educação, afirmando que “no interesse do trabalho tanto quanto da ciência é preciso que não haja nem operários, nem homens de ciência, mas apenas homens.”²⁶ O precursor da pedagogia libertária foi Paul Robin. Entre 1880 e 1894, Robin sistematizou suas teses nos congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores. No Orfanato Prevost, situado nos arredores de Paris, este pedagogo iniciou a aplicação de seus princípios de educação integral. Considerava

²² OITICICA, José. A doutrina anarquista ao alcance de todos. São Paulo, Econômica Editorial, 1983, p.90

²³ PASCAL;SCHWARTZ. “Pedagogia Libertária: Um Resgate Histórico”.In LIBERAL, Márcia; SOUZA NETO, João Clemente (Orgs) Educar para o Trabalho: estudos sobre os novos paradigmas. Curitiba, Arauco, 2006. p. 105

²⁴ BARNÉ, Jean. “A Instrução Integral”. In: COELHO, Plínio Augusto. Bakunin e a Educação. São Paulo, Imaginação, 2003. p.19

²⁵ HARDMAN, Francisco Foot. Nem prática nem patrão. Vida Operária e Cultura Anarquista no Brasil.São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 69.

²⁶ BAKUNIN, Mikhail. A instrução integral. São Paulo, Imaginário, 2003. p. 22.

que a educação compreendia a formação intelectual e a construção dos próprios saberes a partir das experiências. Segundo esta metodologia, a educação física não tem por finalidade a competição, mas a solidariedade. A educação manual se desdobrava em politecnia e a moral, configurando-se numa preparação para a vida em liberdade a partir dos relacionamentos entre professores, funcionários e educandos.

*Educação moral é o cultivo da vontade, sua direção na realização do bem estar comum. Educação prática é o treino da habilidade técnica ou vocação profissional. Educação social é o aperfeiçoamento da solidariedade como multiplicador de energias.*²⁷

Em Barcelona, o professor catalão Ferrer y Guardia criou a Escola Moderna, no período entre 1901 e 1905. Ferrer desenvolveu o método racional, enfatizando as ciências naturais com certa influência positivista e privilegiando a educação integral. Propôs uma metodologia baseada na cooperação e no respeito mútuo. Sua escola era freqüentada por crianças de ambos os sexos, que, para ele, deveriam desfrutar uma relação de igualdade desde cedo. A concepção educacional burguesa, que compreendia castigos, repressão, submissão e obediência, deveria ser substituída pela teoria libertária, que, a partir de então, formaria um novo homem e uma nova mulher. Ferrer considerava que o cientificismo não era um saber neutro, já que aqueles que tinham o poder se esforçavam para legitimá-lo por intermédio de teses científicas. Em 1909, Ferrer foi preso e condenado ao fuzilamento pelo governo monárquico espanhol. Posteriormente, com a ascensão do fascismo na Espanha em 1939, as escolas por ele criadas foram fechadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKUNIN, Mikhail. A Instrução Integral. São Paulo, Imaginário, 2003.

BARNÉ, Jean. “A Instrução Integral”. In: COELHO, Plínio Augusto. Bakunin e a Educação. São Paulo:Imaginação, 2003. p.19.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Livros Proibidos, Idéias Malditas: O DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo, Ateliê Editorial, 2202.

HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria nem patrão. Vida Operária e Cultura Anarquista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LOBO, Eulália Lahmeyer. Imigração Portuguesa no Brasil. São Paulo, Hucitec, 2001.

²⁷ Ibidem. P.90.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e Cultura. História, cidade e trabalho. Bauru, SR:Edusc, 2002.

MARAN, Sheldon Leslie. Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OITICICA, José. A Doutrina anarquista ao alcance de todos. São Paulo: Econômica Editorial, 1983.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo Pascal. Portugueses em São Paulo: A face feminina da imigração. São Paulo: Expressão e Arte, 2005.

_____; SCHWARTZ. “A pedagogia Libertária: um resgate histórico”. In: SOUZA NETO, João Clemente; LIBERAL, Márcia (Orgs). Educar para o Trabalho: estudos sobre novos paradigmas. Curitiba: Arauco, 2006.

RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TOLEDO, Edilene. “A trajetória anarquista no Brasil da Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, d. Aarão. As esquerdas no Brasil. A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WOODCOOK, George. História das Idéias e Movimentos Anarquistas. Porto Alegre: LPM Editores, 2002.